

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004951-49.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **ISMAEL FLORENCIO FILHO**
 Embargado: **Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ISMAEL FLORENCIO FILHO ajuizou Ação de Embargos de Terceiro em face de **HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO** alegando que adquiriu o veículo GM/Chevrolet D60, placas CDZ-7790 de Célia Domingues Gonçalves Ponciano, conforme instrumento particular de compromisso de compra e venda assinado em 22 de dezembro de 2005 (fls. 14), e que em razão de problemas financeiros não realizou a transferência do veículo perante aos órgãos de trânsito. Posteriormente, ao tentar proceder à regularização do bem, foi surpreendido pela restrição anotada no prontuário do veículo por determinação deste juízo, proferida nos autos do processo nº 0000758-13.2012.8.26.0566, movido pela embargada em face dos executados Paulo da Silva Ponciano e Célia Domingues Gonçalves Ponciano.

Citado, o embargado concordou com o levantamento da restrição, haja vista a comprovação da propriedade do bem pelo embargante, apenas pugnando para que não seja condenado ao ônus da sucumbência.

A embargante manifestou-se pelo julgamento antecipado da lide sem a condenação de nenhuma das partes pelas verbas sucumbenciais.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

As alegações do embargante foram corroboradas pelos documentos que instruem a petição inicial, de modo que está comprovado ser este o proprietário do veículo GM/Chevrolet D60, placas CDZ-7790. Aliás, houve expresso reconhecimento da parte embargada em relação à procedência do pedido. Assim, é de rigor o acolhimento do pedido.

Com relação às verbas sucumbenciais, não há como impor ao embargado a obrigação de responder pelo ônus da sucumbência. A restrição somente foi realizada nos autos da ação monitória em razão do bem constar em nome da executada, muito embora já tivesse sido autorizada a transferência do veículo (fls. 26). Verifica-se, então, que o embargante não tomou as devidas providências para sua efetivação, fato que ensejou o bloqueio do bem. Dessa forma, não se pode imputar ao embargado qualquer conduta ilícita ou arbitrária, de modo que não responderá por qualquer encargo decorrente da instauração desta lide.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, **acolho o pedido** deduzido pelo embargante e determino o levantamento da restrição de transferência que grava o veículo, julgando extinto o processo, nos termos do artigo 269, inciso II, do CPC.

Sem condenação às verbas sucumbenciais, pois pelo princípio da causalidade, o próprio embargante responderia por elas, não fosse a circunstância de ser beneficiário da Justiça Gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 31 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**